



## OCDE e Políticas de Avaliação na Educação Básica Brasileira

Áreas: Humanas, Letras e Artes

Maria Eunice Franca Volsi<sup>1</sup>, Eliana Nunes da Silva Tinti<sup>2</sup>, Joseane Maísa dos Reis<sup>3</sup>  
Vitória de Valois Veloso Beneli<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Profa. Dra. Depto de Teoria e Prática da Educação– DTP/UEM, contato: mefvolsi@uem.br

<sup>2</sup>Graduanda em Pedagogia, contato: [enstinti@outlook.com](mailto:enstinti@outlook.com)

<sup>3</sup>Graduanda em Pedagogia, contato: [jmaisadosreis@gmail.com](mailto:jmaisadosreis@gmail.com)

<sup>4</sup>Graduanda em Pedagogia, contato: [vitoriadvalois@gmail.com](mailto:vitoriadvalois@gmail.com)

**Resumo.** *Objetivou-se refletir sobre os impactos no sistema de avaliação da educação básica brasileira oriundos das orientações e influência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os resultados dessa pesquisa de caráter bibliográfico e documental apontam para a interferência deste organismo internacional na formulação das políticas educacionais, estando presente, por exemplo, no Plano Nacional da Educação 2014-2024 e na Base Nacional Comum Curricular. Além disso, a OCDE possui poder de implementação de novos modelos de avaliação em larga escala em solo brasileiro, como o Pisa. Conclui-se que a ênfase exacerbada na avaliação de competências impacta a estrutura curricular da educação formal no Brasil.*

**Palavras-chave:** *Avaliação em larga escala. Organismos Internacionais. Pisa.*

### Introdução

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) surgiu na Europa no período pós-segunda guerra mundial com o intuito de estabelecer relações econômicas entre os países-membros para sua recuperação e estabilização econômica, principalmente por meio do incentivo de comércio e geração de empregos (Campos, 2010). Por tratar-se de uma organização econômica, justifica-se seu crescente interesse e envolvimento na educação por considerá-la uma área crucial ao desenvolvimento da economia de uma nação.

O Brasil, embora não seja um membro efetivo, mantém relações estreitas com a OCDE desde o ano de 1994, tornando-se um “parceiro-chave”<sup>1</sup> em 2007, participando de diversas iniciativas deste organismo internacional. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) é responsável pela integração destas

<sup>1</sup> Conforme a definição da OCDE, um parceiro-chave é um país de economia emergente que: 1) têm parcerias com a organização; 2) adere aos instrumentos recomendados por ela e 3) integra sua base de dados das pesquisas (OECD, 2024).



iniciativas em solo brasileiro e demonstra comprometimento com a adequação das políticas educacionais brasileiras às orientações da OCDE.

No presente trabalho intenciona-se discutir os impactos no sistema de avaliação da educação básica brasileira oriundos das orientações e influência da OCDE. Para tal, a metodologia escolhida é a pesquisa bibliográfica e documental, com respaldo teórico em: autores como Ruiz (2004), Carvalho (2009), Silva (2010) e Campos (2010); legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e documentos como “*Education in Brazil: an international perspective*” (2021) da OCDE e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

## Desenvolvimento

Silva (2010, [n.p.]) define organismos internacionais como um conjunto de países orientados por regras, normas e finalidades em comum, que atuam “[...] no âmbito das relações econômicas, políticas e sociais, ambientais [...]”. No âmbito da educação, seus objetivos almejam o desenvolvimento, modernização e manutenção da sociedade capitalista. Diante disso, há um crescente interesse por parte dos organismos internacionais na elaboração, orientação e execução de políticas educacionais.

Os organismos internacionais integram-se nos debates nacionais sobre a política educativa, sobre o papel do Estado nacional na regulação da educação formal e sobre as características das estruturas acadêmicas dos sistemas educativos nacionais. Eles promovem a inclusão de padrões de desempenho exigentes para os alunos, para os professores e até para as instituições, bem como **novos critérios de avaliação educacional e novas definições para a oferta da educação pública e o seu financiamento**<sup>2</sup>.

No que tange o sistema de avaliação educacional brasileiro, o Estado deve legalmente “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (Brasil, 1996). Por meio do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é aferida a qualidade da educação no país, sendo calculado a partir dos dados do Censo Escolar e das médias das avaliações Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), organizadas e aplicadas nacionalmente pelo Inep.

Ao acessar o site do Inep, estão listados instrumentos de avaliações em larga escala internacionais adotadas e desenvolvidas no Brasil: a ICCS (Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania), PIRLS (Estudo Internacional de Progresso em

---

<sup>2</sup>Ruiz, 2004, p.2, tradução nossa e grifo nosso. Leia-se, no original: *Los OIs forman parte de los debates nacionales sobre la política educativa, sobre el rol del Estado nacional en la regulación de la educación formal y sobre las características de las estructuras académicas de los sistemas educativos nacionales. Ellos han promovido la inclusión de exigentes estándares de desempeño para los estudiantes, para los profesores e incluso para las instituciones así como nuevos criterios de evaluación de la educación y nuevas definiciones para la prestación de la educación pública y su financiamiento.*

Leitura), TIMSS (Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências) e o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) são iniciativas diretamente relacionadas com a OCDE ou com associações financiadas por ela. O Pisa é considerado por estudiosos como o principal instrumento de participação e regulação da OCDE no campo da educação (Carvalho, 2009).

Para Carvalho (2009, p. 1017), o que importa são “[...] as regras e as normas que o PISA fixa ou induz; as formas ‘adequadas’ de prover educação que põe em equação [...]”. Isto implica diretamente na reorganização do currículo da educação formal, de maneira a atender as matrizes destes sistemas de avaliação. Neste caso, ao ler o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abaixo, constata-se que seus fundamentos de desenvolvimento de habilidades e competências estão em consonância com o que é defendido no Pisa.

O foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) (Brasil, 2018, p. 13).

Sua influência estende-se também às metas de educação nacional, conforme observa-se na Meta 7 e em sua décima primeira estratégia, do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, transcrita a seguir (Brasil, 2014)

melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no [...] PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido [...].

Ademais, no documento intitulado “Educação no Brasil: uma perspectiva internacional”<sup>3</sup> (OECD, 2021, tradução nossa), o organismo internacional considera-se responsável pelas médias a serem alcançadas no Ideb estabelecidas no PNE pois estas foram calculadas a partir dos resultados do PISA e SAEB. No mesmo documento, enquanto os autores enaltecem a eficácia do sistema Pisa à custa do Saeb e do Ideb, eles deixam claro que suas preocupações e desejos de melhoria do Ideb devem-se ao fato dele apresentar “[...] consequências de alto risco para os ‘stakeholders’, especialmente no que tange às alocações de recursos financeiros”<sup>4</sup>.

## Conclusões

A análise da relação entre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o sistema de avaliação da educação básica brasileira revela uma interação significativa entre influências internacionais e políticas educacionais nacionais, sendo esta principalmente observada pelo Pisa. A ênfase na avaliação de competências, alinhada com os padrões internacionais promovidos pela OCDE, tem

<sup>3</sup> Leia-se, no original: *Education in Brazil: an international perspective*.

<sup>4</sup> ibidem. Leia-se, no original: “*IDEB has increasingly highstakes consequences for stakeholders, especially with regard to funding allocations*”



impacto na estrutura curricular da educação formal no Brasil

Por fim, a relação entre a OCDE e o sistema de avaliação da educação básica brasileira destaca a importância de compreender e analisar criticamente as influências externas na formulação e implementação das políticas educacionais.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.

BRASIL. **Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CAMPOS, J. M. de. **Organizações Internacionais: Teoria Geral.** 3 ed. 2 reimp. Curitiba: Juruá, 2010.

CARVALHO, L. M. Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do PISA como instrumento de regulação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, set./dez., p. 1009-1033, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Q8pmFzJkZnpZj8HWM9dckKf/?format=pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Avaliações e Exames Educacionais.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais>. Acesso em: 18 mar. 2024.

OECD. **Education in Brazil: An International Perspective.** Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>. Acesso em: 19 mar. 2024.

OECD. **Key Partners.** Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: <https://oecd.org/global-relations/keypartners/#d.en.194387>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SILVA, M. A. Organismos internacionais e a educação. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/299-1.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

RUIZ, G. R. El papel de los Organismos Internacionales en las reformas educativas de América Latina. **Journal of Supranational Policies of Education**, Madrid, n. 4, p. 02-16, 2016. Disponível em: <https://revistas.uam.es/jospoe/article/view/5662/6077>. Acesso em: 18 mar. 2024.